

Povos Indígenas no Brasil

Fonte MESP Class.: 225

Data 07/01/77 Pg.: _____

12 - O ESTADO DE S. PAULO

07.01.77

Ismarth tenta demonstrar "sintonia" com Rangel Reis

Da Sucursal de
BRASILIA

Cerca de 24 horas depois de anunciar uma política indigenista divergente ao menos em três pontos fundamentais, da defendida pelo ministro Rangel Reis, o general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da Funai, emitiu nota oficial ontem à noite, negando a "falta de sintonia — que alguns jornais tentaram criar" —, entre os dois órgãos. Estranhamente, algumas horas antes, em entrevista a **O ESTADO**, o general admitiria terem existido as divergências, ao afirmar que Rangel havia mudado de opinião, num encontro com a cúpula da Funai, na quarta-feira, aderindo, por ser "um homem de diálogo, a idéias que até então combaterá.

A nota oficial procura mostrar que as recentes declarações de Rangel — sobre integração dos índios à sociedade brasileira, ensino bilíngue e atuação das missões religiosas — e as do presidente da Funai, formuladas anteontem, "tiveram o mesmo sentido".

A reprodução do depoimento do ministro, retirado, segundo a nota, de um gravador, é a seguinte: "temos de, pelo menos até o fim deste governo, deixar diretrizes muito bem assentadas. Quero ver se, em 77 e 78, nós emancipamos várias comunidades. Vamos fazer tentativas nesse sentido. Essa questão do ensino bilíngue, teremos de revê-la e iniciar um outro sistema e reduzir muito este tipo de cooperação em que não acredito. Sinceramente, é uma perda de tempo e de dinheiro. E estabelecer uma fiscalização rigorosíssima em tudo quanto é mis-

são religiosa, a fim de que elas colaborem exatamente dentro da política do governo. E a política é essa chamada emancipação progressiva".

Na tentativa de demonstrar a equivalência dessas posições com as defendidas pelo general Ismarth, a nota da Funai apresenta um resumo bem esquemático do depoimento de anteontem de seu presidente. É o seguinte esse resumo, dividido em itens, cada um sobre uma das três questões controversas: "a) Emancipação — o objetivo da Funai — lei nº 6.001/73 — é o da emancipação do índio, depois de criteriosa avaliação e sem fixação de prazo, por ora; b) ensino bilíngue — o sistema será analisado por técnicos em lingüística, para posteriores decisões; c) missões religiosas — um grupo de trabalho, em formação, avaliará sua ação. As que não se enquadrarem nos objetivos do governo serão afastadas. As que forem consideradas úteis serão mantidas mediante assinatura de convênio com a Funai, estabelecidos responsabilidades e critérios".

Na entrevista de ontem à tarde, Ismarth fez questão de afirmar que a posição que anunciara no dia anterior tinha sido tomada "de comum acordo" com Rangel Reis. E chegou a esclarecer que as declarações anteriores do ministro sobre as missões religiosas não refletiam mais do que uma "opinião pessoal", não representando, necessariamente, naquele momento, a política que deveria ser seguida pela Funai. O general deixou claro também que o ministro mudara sua posição no encontro de quarta-feira com a cúpula da Funai, no qual se travara "um diálogo franco e aberto".